

jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo

Av. Engenheiro Caetano Álvares, 55. Tel.: 266-7099 (PABX).



Fundado em 1873

JULIO MESQUITA
(1891 - 1927)JULIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita
 Júlio de Mesquita Neto
 Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
 Ruy Mesquita
 César Tacito Lopes Costa
 José M. Homem de Montes
 Oliveiros S. Ferreira

Deixemos, enfim, de ilusões disparatadas.

Continuamos ainda sem atinar com o que realmente o ministro Delfim Neto poderia estar fazendo ou obtendo de concreto em Paris. Até aceitamos de bom grado as informações de que ele teria ali, hoje, uma conversa com o diretor geral do FMI, Jacques de Larosiére, que está de férias na Itália e, possivelmente, se encontre com nosso ministro em Paris, embora não vejamos nenhuma necessidade de tamanho deslocamento para uma conversa desse tipo, até mesmo pela circunstância de que o Brasil possui um porta-voz altissimamente qualificado juntinho do sr. Larosiére, na pessoa do nosso conhecido professor Alexandre Kafka.

Bem, mas digamos que o sr. Larosiére ainda permanece inteiramente desinformado sobre essa coisa misteriosíssima que é o déficit do setor público brasileiro, e, a conselho até do próprio prof. Kafka, deva receber, durante seus dias de férias, elucidações pertinentes e minuciosas de quem mais entende de déficit público, que é, sem dúvida, o titular da Seplan.

Não acreditamos, todavia, que o intensivo curso ministrado com as melhores intenções ao sr. Larosiére venha a ter outra utilidade além da de enriquecer suas informações específicas sobre determinado país "em desenvolvimento", pois a verdadeira solução para o nosso problema não está nem em Paris nem na bagagem do sr. Delfim Neto, seja qual for seu conteúdo. Receamos, aliás, que sua presença em Paris, num momento em que as coisas aqui dentro parecem evoluir na direção da melhor solução, possa até atrapalhá-la, no caso de ele se acabar insinuando ou de ser confundido de algum modo com um negociador plenipotenciário — político e financeiro —, falando em nome de todo o Brasil. É necessário, neste momento, que representantes governamentais e financeiros de países amigos estejam compenetrados e conscientes de que acertar coisas com o ministro Delfim Neto é a melhor maneira de não mais conseguir acertá-las com o resto da nação brasileira.

Já dissemos aqui que, sem nenhum demérito das suas virtudes e capacidades pessoais, o ministro Delfim Neto tornou-se — por circunstâncias até alheias à sua vontade talvez, e em decorrência da indecisão e da hesitação do próprio governo sobre como tratar desde o início a questão da crise de liquidez — um obstáculo no caminho que todos esperam possa ser percorrido. E, se por alguma confusão ele for tido, lá fora ou aqui dentro, como o homem certo para encaminhar a verdadeira grande negociação, deixará de ser simples obstáculo para se tornar um perigo.

Os elementos e condições para a negociação de que falamos não estão, como dizíamos, na bagagem do sr. Delfim, mas sim aqui dentro mesmo, na cabeça das pessoas mais lúcidas e no interesse dos nossos credores mais sérios.

Ainda anteontem, numa reunião de 60 representantes de bancos estrangeiros no Brasil, no Rio de Janeiro, os elementos de que falamos estavam presentes, de maneira clara e insofismável, nas palavras de um deles, ao dizer que há uma verdadeira ansiedade dos credores por uma retomada de negociações visando ao reescalonamento da dívida a longo prazo e propondo as condições: "Basta, para isso, que o País ofereça uma proposta concreta, um programa coerente, e não se prenda a questões semânticas ou à dialética da oposição".

Eis aí; a questão toda é relativamente simples. Programa coerente, entendemos nós, não é algo prometendo o impossível, como se pretendeu até agora e, ao que tudo indica, continua a ser pretendido com vistas ao novo acordo com o FMI. Um programa coerente e exequível será aquele que prometa reequilibrar as finanças internas — principalmente as finanças públicas — à custa da redução do tamanho do governo e não à custa da destruição da iniciativa privada, e que por isso mesmo ofereça uma perspectiva confiável de declínio da inflação e portanto de retomada dos investimentos privados. Um programa coerente e exequível será um programa de reorganização e reestruturação internas da nossa economia visando, como objetivo mais importante, à retomada do crescimento e, em função dessa retomada, ao pagamento judicioso e responsável dos credores, em prazos e custos compatíveis com nossas possibilidades de crescimento e até, se possível, vinculados a elas.

Provavelmente, como já dissemos tantas vezes, a negociação ampla de que falamos vai ter de dividir perdas. Como se fará isso? Por exemplo, se os prazos forem dilatados e os juros prefixados de acordo com as possibilidades brasileiras, os bancos particulares credores terão perdas, e por isso os bancos centrais dos países credores terão de assumir parte dessas perdas, o que significa que, em última análise, os contribuintes dos países credores, e não apenas os acionistas dos bancos credores, assumirão perdas. É um preço barato para garantir a permanência do Brasil como ponto de apoio do Ocidente na cena política mundial. A perda brasileira será conformar-se com taxas de crescimento econômico propiciadas apenas pela poupança interna, sem novos aportes de poupança externa — a não ser o que se possa conseguir de investimentos diretos — durante anos a fio, e a provável e irremediável desativação de empreendimentos governamentais totalmente inviáveis num esquema desses. Além, evidentemente, de termos de assumir uma dose de disciplina interna com a qual não estamos habituados e que terá de ser acordada politicamente.

Qual é a vantagem disso? A vantagem é termos um esquema assentado e definido de austeridade positiva, digamos assim, uma austeridade que vise a um objetivo também assentado e definido, que é a retomada do crescimento. E não, como estamos tendo, essa caixa de surpresas que a cada mês nos aterroriza, uma vez com ajustes corretivos, outra com ameaças de racionalamentos, uma terceira com monopólio cambial, tudo em meio a uma inflação acelerada sem a

menor perspectiva de contenção, mas que autoridades desacreditadas falam em reduzir, até dezembro, para um índice "instantâneo" — essa a novíssima expressão — de 5%. Não fosse sério o assunto, diríamos que são promessas tão válidas quanto os anúncios de certos analgésicos que também nos oferecem "alívio instantâneo".

Deixemos, enfim, de ilusões disparatadas desse tipo, e partamos para o que realmente tem de ser feito. Mas, pelo amor de Deus, sem os atuais negociadores, que, ao contrário dos fogos Caramuru, só dão chabu!